

TRABALHO DO GT DA SBDA APRESENTADO NAS NAÇÕES UNIDAS

A delegação oficial brasileira à recente sessão do Subcomitê Jurídico do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (UNCOPUOS), reunida em Viena, Áustria, de 24 de março a 4 de abril, fez uma apresentação em plenário sobre as pesquisas em andamento sobre projeto de Lei Geral das Atividades Espaciais no Brasil.

Estas pesquisas estão sendo desenvolvidas desde o começo de 1913 pelo Grupo de Trabalho especialmente criado para esse fim no Núcleo de Estudos de Direito Espacial (NEDE) da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial (SBDA).

A apresentação em “power point” foi elaborada e exposta na reunião do Subcomitê Jurídico pelas juristas brasileiras Ana Cristina van Oijhuizen Galhego Rosa e Juliana Macedo Scavuzzi dos Santos, Mestres em Direito Aeronáutico e Direito Espacial, respectivamente pelas Universidades Leiden, na Holanda, e McGill, de Montreal, no Canadá e ora empenhadas em fazer o Doutorado. Ambas são sócias da SBDA e integrantes ativas do NEDE e do Grupo de Trabalho especial sobre a Lei Geral das Atividades Espaciais no Brasil.

A apresentação começa oferecendo informações sobre a SBDA, suas principais publicações e realizações em eventos e cursos, bem

como sobre o NEDE, criado em 1997. Especificamente sobre a tarefa assumida pelo Grupo de Trabalho, são reveladas as fontes utilizadas para o desenvolvimento do projeto, o que inclui a legislação espacial de inúmeros países, as recomendações adotadas pelo Subcomitê Jurídico do COPUOS aos países interessados em construir suas próprias legislações nacionais, bem como, em especial, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2012-2021), aprovado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), com suas principais prioridades e diretrizes. Foi também divulgada síntese dos aspectos conceituais dos principais capítulos e disposições do projeto, o qual, assim que concluído, será apresentado à Agência Espacial Brasileira como contribuição da SBDA.

A exposição termina com as seguintes palavras: “Esperamos que esta experiência seja útil e estimulante para outros países”. A ideia de fundo é que os estudiosos do Direito Espacial e a comunidade jurídica nacional colaborem com seu talento e competência na obra de construir os alicerces legais para as atividades espaciais, que hoje se tornaram indispensáveis ao desenvolvimento de todos os países do mundo. A delegação brasileira recebeu cumprimentos e elogios de outras representações pela apresentação sobre o trabalho da SBDA.